



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Projeto de Lei Nº 515/2017,

DE 31 DE MAIO DE 2017.

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança de Morrinhos/CE, sua competência e composição, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRINHOS

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE MORRINHOS** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Pública, órgão deliberativo na sua área de atuação, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Ação Governamental.

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal de Segurança:

- I- Zelar pela efetiva implantação da política municipal de segurança pública;
- II- Acompanhar o planejamento e a execução das políticas setoriais da segurança pública no Município;
- III- Propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da política de segurança pública no Município e, conseqüentemente, promovam a melhoria da qualidade de vida da população;
- IV- Participar da elaboração, opinar e avaliar um Plano Municipal para o enfrentamento dos problemas de segurança nos diversos setores, acompanhando sua execução;
- V- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos trabalhos realizados, propondo à Administração e aos diversos outros órgãos e segmentos, quando for o caso, a realização de obras ou serviços que representem os anseios da população no sentido de conter e coibir ações lesivas à segurança do cidadão;



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

- VI- Manifestar sobre assuntos e questões de natureza ligada à Segurança Pública que entender estar em desconformidade com a melhor orientação direcionada ao interesse público;
- VII- Estimular iniciativas que promovam o enfrentamento à violência, o desenvolvimento de medidas preventivas e socioeducativas, entre outras medidas, por meio de:
 - a) Programas de instrução e divulgação de assuntos relativos à prevenção da violência, como projetos e campanhas educativas com a finalidade de reduzir a violência interpessoal, bem como, estimular iniciativas que visem ao bem-estar;
 - b) Conferências, fóruns, audiências públicas, projetos e propostas que tenham por fim assegurar melhores condições de segurança à população do Município de Morrinhos.
- VIII- Acolher denúncias que lhe sejam encaminhadas pela sociedade;
- IX- Elaborar e aprovar seu regimento interno;
- X- Dentre outras competências correlatas.

Art. 3º - O presente Conselho Municipal tem a seguinte composição:

- I- 01 (um) representante do Poder Executivo, indicado pelo Prefeito Municipal de Morrinhos;
- II- 01 (um) representantes do Poder Legislativo, indicado pelo Presidente da Câmara Municipal de Morrinhos;
- III- 01 (um) representante do Poder Judiciário;
- IV- 01 (um) representante do Ministério Público presente a comarca;
- V- 01 (um) representante da Corporação Policial Militar, lotado no Município, indicado pelo respectivo Batalhão;
- VI- 01 (um) representante da Polícia Civil;
- VII- 04 (quatro) representantes dos segmentos da sociedade, sendo: 01 (um) representante da Sociedade Civil Organizada; 01 (um) representante da Associação dos Comerciantes; 01 (um)



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

representante da Ordem dos Advogados do Brasil; e 01 (um) representante do Banco do Brasil.

§ 1º - A atuação dos membros no Conselho Municipal de Segurança Pública será considerada serviço público de relevante interesse social, por isso não remunerada.

§ 2º - O Conselho poderá formar convênio com o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, dentre outros Entes Públicos, visando o recebimento de recursos para implementar as medidas necessárias voltadas à segurança pública.

Art. 4º - Os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Segurança Pública, serão nomeados por ato do Prefeito Municipal, para mandato de 02 (dois) anos de duração.

Parágrafo Único - Cada representante possuirá um Suplente, com direito a voto, no caso de ausência ou impedimento do Titular;

Art. 5º - A estrutura de funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Pública compõe-se de:

- I- Plenário;
- II- Presidência e Vice-Presidência;
- III- Secretaria Geral.

Art. 6º - O presente Conselho Municipal reunir-se-á, no mínimo, uma vez a cada dois meses, em caráter ordinário, ficando a realização das sessões extraordinárias em função da ocorrência de fatos relevantes, por manifestação da maioria absoluta do Conselho.

Art. 7º - A cada sessão plenária do Conselho Municipal de Segurança Pública de Morrinhos, será lavrada uma ata pela Secretaria Geral, assinada pelo Presidente e demais conselheiros presentes, contendo, em resumo, todos os assuntos tratados e as deliberações que foram tomadas.

Parágrafo Único: As sessões terão início sempre com a leitura da ata da sessão anterior, que após aprovada será assinada por todos os presentes.

Art. 8º - A Presidência é a representação máxima do Conselho Municipal de Segurança Pública, a reguladora de seus trabalhos e a fiscal de sua ordem, tudo em conformidade com o regimento.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

§ 1º - A Presidência será ocupada por um dos conselheiros, eleito pelos demais.

§ 2º - Em sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente, eleito na mesma ocasião do Presidente.

§ 3º - Ocorrendo a ausência também do Vice-Presidente, a Presidência será exercida pelo Secretário Geral.

Art. 9º - O Conselho Municipal de Segurança Pública elaborará o seu Regimento Interno, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei.

Art. 10 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Lei Municipal Nº 487/14 e outras disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS, aos 31 (trinta e um) dias do mês de maio de 2017.


CARLOS ALBERTO ROCHA BRUNO
Prefeito Municipal